



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



São José das Palmeiras, 21 de fevereiro de 2024.

Ao  
Sr. Herbert Correia Barros  
Advogado do Município

Ref. Pregão Eletronico nº 001/2024

Venho através deste encaminhar os seguintes documentos:

- Recurso Administrativo interposto pela empresa Yamadiesel Comércio de Máquinas Eireli
- Recurso e Contrarrazões de Recurso apresentados pela empresa Agrojax Ltda.

Diante da necessidade em dar continuidade ao processo licitatório já citado, solicito ao procurador do município que faça manifestação, através da emissão de seu parecer jurídico.

Segue dos documentos acima citados.

*Claudinei Ferreira*  
**CLAUDINEI FERREIRA**  
Pregoeiro





## PARECER JURÍDICO

**Assunto:** Manifestação acerca de recursos apresentados pela empresa Yamadiesel Comércio de Máquinas Eireli e Agrojax Ltda, bem como contrarrazões de recurso da empresa Agrojax Ltda.

**Requerente:** Departamento de Licitação

**Pregão Eletrônico n.º:** 001/2024

**Data:** 22 de fevereiro de 2024.

### I – Síntese dos Fatos:

Retorna o caderno licitatório para análise jurídica de recursos apresentados pelas empresas Yamadiesel Comércio de Máquinas Eireli e Agrojax Ltda., a pedido do ilustríssimo senhor pregoeiro.

Inicialmente a empresa Yamadiesel apresenta recurso no qual requer “a desclassificação da empresa BROSS Diesel e Pesados Ltda., pois diz que a empresa não apresentou DRE – Demonstração de Resultado do Exercício para comprovar o enquadramento em EPP – Empresa de Pequeno Porte, e, que os documentos estão vencidos e não possui CNAE - Classificação Nacional das Atividades Econômicas compatível com o ramo de atividade”. Ainda, a empresa Yamadiesel requer “a desclassificação da empresa MDS Comércio de Madeiras e Peças, tendo em vista a não apresentação de nenhum documento de habilitação”. Por fim, a empresa Yamadiesel requer “a desclassificação da empresa Agrojax Ltda., pois teria apresentado catálogos diferentes na proposta, não possui CNAE - Classificação Nacional das Atividades Econômicas para treinamento, e, que a potência do equipamento é divergente em relação ao site da fábrica”.

Por outro lado, a empresa Agrojax Ltda. também protocolou recurso, em que afirma que “a empresa Bross Diesel e Pesados Ltda. apresentou proposta que não está em conformidade com o Edital, especificamente quanto ao controle de emissão de poluentes, grau de articulação do chassi, assistência técnica no estado do Paraná”, e requer a inabilitação da empresa supramencionada.

Em contrarrazões, a empresa Agrojax Ltda. diz que “a empresa Yamadiesel Comércio de Máquinas Eireli encontra-se suspensa para licitar e contratar pelo período de dois anos, e que apresentou declaração falsa, solicitando a aplicação de penalidades”. Ainda, a empresa afirmou “que é representante da fábrica no Brasil, sendo responsável por dar treinamentos específicos das máquinas que representa”.

Pois bem. Em síntese estes são os fatos e fundamentos trazidos pelas empresas participantes, de modo que passarei a fundamentar o parecer pontualmente.

### II – Do Recurso da Yamadiesel Comércio de Máquinas Eireli

#### **II.I. Da Ausência de DRE – Demonstração de Resultado do Exercício para comprovar o enquadramento em EPP – Empresa de Pequeno Porte:**

Conforme já exposto, a empresa Yamadiesel requer a desclassificação da empresa Bross Diesel e Pesados Ltda., por conta da carência de apresentação de DRE – Demonstração de Resultado do Exercício para comprovar o enquadramento em EPP – Empresa de Pequeno Porte.

Ao analisar atentamente o Edital do Pregão Eletrônico n.º 001/2024, especificamente o item 8.5.4., alínea c, observa-se a seguinte exigência, vejamos:





c) Apresentação do Demonstrativo do Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a Resolução n.º 1.418, de 2012, do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir.

O conteúdo de tal exigência mostra-se cristalino, no sentido de obrigar a apresentação do DRE - Demonstrativo do Resultado do Exercício, como condição de participação no certame na qualidade de Micro Empresa.

Neste sentido, em homenagem ao princípio da legalidade, recomenda-se a desclassificação da empresa Bross Diesel e Pesados Ltda.

#### **II.II. Da Carência de Documentos de Habilitação da empresa MDS Comércio de Madeiras e Peças:**

Conforme descrito, a empresa Yamadiesel requer a desclassificação da empresa MDS Comércio de Madeiras e Peças, pois diz que esta mostrou-se omissa quanto a apresentação dos documentos na fase de habilitação.

Entretanto, é importante destacar que na presente licitação a fase de habilitação ocorrerá somente após a divulgação do julgamento das propostas de preços, conforme preceitua o item 8.1. do edital, vejamos:

#### **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1 Divulgado o julgamento das propostas de preços na forma prescrita neste Edital, passar-se-á à fase de habilitação.

Com razão o Impugnante, pois após análise detida dos documentos de habilitação, constatou-se que a empresa mostrou-se omissa em tal obrigação, razão pela qual recomenda-se a inabilitação da mesma.

#### **II.III. Da Apresentação de Catálogos Divergentes pela empresa AGROJAX LTDA e Inexistência de CNAE Adequado para Treinamento:**

Diz a empresa Yamadiesel que “a empresa AGROJAX LTDA. apresentou catálogos diferentes na proposta, e que a conduta negligente suscita dúvidas quanto à consistência e veracidade das informações fornecidas”.

Quanto a apresentação de catálogo diferente, nota-se que o edital prevê a entrega de catálogo em duas oportunidades, a primeira, encontra-se prevista no item 1.2. do edital, que trata do fornecimento de catálogo de peças de reposição, o qual deverá ser entregue com o objeto licitado, já a segunda, encontra-se prevista no item 7.8.2., no qual indica a prerrogativa do pregoeiro requisitar, caso entenda pertinente, documento que indique as características do material ofertado, ou seja, trata-se de previsão legal que confere ampla discricionariedade ao servidor.

Portanto, trata-se de cláusula aberta que confere prerrogativa ampla ao pregoeiro, que poderá diligenciar se entender pertinente, caso compreenda que há margem de dúvida acerca das características do produto, mas que não confere obrigação legal ao mesmo.

De tal forma, compreendo que não se trata de obrigação, mas de mera prerrogativa, de modo que não há o descumprimento de cláusula editalícia.





Por outro lado, a empresa Yamadiesel diz que a empresa AGROJAX LTDA. não possui CNAE - Classificação Nacional das Atividades Econômicas para treinamento, e que isso seria uma inadequação quanto a exigência de prestar treinamento.

Ao analisar atentamente o item 8.5.3., alínea a, do Edital, observa-se a seguinte previsão, vejamos:

8.5.3 Quanto à Capacidade Técnica:

a) Declaração de treinamento, caso haja previsão nas características técnicas do objeto.

Portanto, nota-se que o edital indica mera apresentação de declaração de treinamento, sem fazer qualquer menção à uma indicação no CNAE - Classificação Nacional das Atividades Econômicas para treinamento, além disso, condiciona o treinamento "caso haja previsão nas características técnicas do objeto".

Conclui-se que não é intenção do edital condicionar a participação das empresas interessadas à existência de CNAE - Classificação Nacional das Atividades Econômicas para treinamento, assim, compreendo que tal requerimento merece ser indeferido.

**II.IV. Demais Questionamentos – Quanto à Certidão Negativa de Débitos Tributários sobre Imóvel – Quanto a Emissão de Cartão de CNPJ com Emissão Superior a 90 dias – Quanto a Licença para Uso da Configuração de Veículo ou Motor (LCVM)**

Por fim, destaco que o Recorrente questiona a emissão de certidão negativa de débito municipais vencida, especificamente a certidão relativa aos imóveis.

De fato, tal requisito encontra previsão no edital, especificamente no item 8.5.2. o qual diz:

c) Prova de regularidade com as fazendas:

(...)

c) Municipal mediante a apresentação de certidão negativa emitida pela respectiva Secretaria de Fazenda da sede da empresa, e prova de regularidade com a Fazenda Municipal, referente a tributos mobiliários e imobiliários da sede ou domicílio do licitante;

De tal forma, compreendo que há questão prejudicial de desatendimento editalício que impede a habilitação da empresa, pois impede a comprovação da regularidade fiscal com a fazenda municipal de sua sede.

Quanto a emissão de cartão de CNPJ/MF com prazo vencido, compreende-se que trata de formalidade que é facilmente superada pela apresentação da certidão negativa ou certidão positiva com efeitos negativos.

Portanto, trata-se de formalidade que é superada por documento redundante, cujo conteúdo não pode prejudicar a participação da empresa.

Neste sentido, o art. 12 da Lei de licitações dispõe:

Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:

III - o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do





conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo;

De tal forma, compreendo que trata-se de formalidade que não traz prejuízo a aferição da condição da empresa, não havendo prejuízo para sua participação.

Por derradeiro, a Recorrente questiona a inexistência de apresentação de LCVN – Licença para Uso da Configuração de Veículo ou Motor, porém, tal questionamento não encontra respaldo em nenhum requisito previsto em edital, razão pela qual compreendo que não merece acolhimento.

### III – Do Recurso da Agrojax Ltda.

#### III.I. Da Proposta em Desacordo com o Edital:

Afirma a empresa Agrojax Ltda. que “a empresa Bross Diesel e Pesados Ltda. apresentou proposta que não esta em conformidade com o Edital, especificamente quanto ao controle de emissão de poluentes, grau de articulação do chassi, assistência técnica no estado do Paraná”, e requer a inabilitação da empresa supramencionada.

Inicialmente, diz que a máquina pá carregadeira WJG Brasil/WPC500 possui um motor que não respeita o controle de emissão de poluentes, conforme prevê o PROCONVE MAR-I – CONAMA – TIER III.

Ao analisar atentamente o Anexo VII do Edital, o qual trata acerca das características técnicas do equipamento, este prevê, vejamos:

**PAM - 2023 - SECID**  
**CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO EQUIPAMENTO - MODELO 07**

EDITAL DE **PREGÃO** nº **2.0** / 2.0 LOTE Nº **01**  
PROPOSTANTE:  
**Prefeitura Municipal SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS - Pr.**  
NOME DO BEM: **PÁ CARREGADEIRA SOBRE RODAS** Nº DE UNIDADES PROPOSTAS: **01 (UMA)**

(1) DISCRIMINAÇÃO	(2) EXIGÊNCIAS MÍNIMAS DO MUNICÍPIO	(3) ESPECIFICAÇÕES DO EQUIPAMENTO PROPOSTO
<b>1. MARCA/MODELO</b>	Indicar	
<b>1.1. Fabricação/Série</b>	Última série, zero hora	
<b>2. MOTOR</b>		
<b>2.1. Marca/ Modelo</b>	Indicar	
<b>2.2. Potência líquida no volante (máxima HP)</b>	127 HP (que atenda ao controle de emissão de poluentes – PROCONVE MAR-I - CONAMA) 06 cilindros turbo	

Pois bem. Ao analisar as provas trazidas pela empresa Recorrente, observa-se que o produto pá carregadeira WJG Brasil/WPC500 possui padrão EURO II, enquanto que o padrão exigido em edital é TIER III ou EURO III.

Também destaco que a empresa Recorrida fora devidamente notificada para apresentação de contrarrazões, pelo sistema de pregão eletrônico, mas mostrou-se inerte.

Neste sentido, diante do desatendimento do requisitos técnicos indicados no edital, sugiro inabilitação da empresa Bross Diesel e Pesados Ltda.

#### III.II. Do Chassi Articulado em Grau Inferior ao Previsto em Edital

Afirma a empresa Agrojax Ltda. que “a empresa Bross Diesel e Pesados Ltda. apresentou proposta que não atende o grau de articulação do chassi exigido no edital.





Procuradoria do Município  
Município de São José das Palmeiras



Ao analisar os termos do Anexo VII, item 5.1, verifica-se que realmente há a exigência de que o grau de articulação seja de 38° para cada lado, conforme se observa no recorte abaixo colacionado, vejamos:

**PAM - 2023 - SECID**

**CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO EQUIPAMENTO - MODELO 07**

EDITAL DE: **PREGÃO**

nº **/2.0**

LOTE Nº: **01**

PROPOSTANTE:

**Prefeitura Municipal SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS - Pr.**

NOME DO BEM: **PÁ CARREGADEIRA SOBRE RODAS**

Nº DE UNIDADES PROPOSTAS: **01 (UMA)**

(1) DISCRIMINAÇÃO	(2) EXIGÊNCIAS MÍNIMAS DO MUNICÍPIO	(3) ESPECIFICAÇÕES DO EQUIPAMENTO PROPOSTO
<b>1. MARCA/MODELO</b>	Indicar	
<b>1.1. Fabricação/Série</b>	Última série, zero hora	
<b>2. MOTOR</b>		
2.1. Marca/ Modelo	Indicar	
2.2. Potência líquida no volante (máxima HP)	127 HP (que atenda ao controle de emissão de poluentes - PROCONVE MAR-1 - CONAMA) 06 cilindros turbo	
<b>3. TRANSMISSÃO</b>		
3.1. Tipo de transmissão	Hidrostático ou Powershift	
3.2. Nº de marchas/velocidade à frente	04 (quatro) a frente e 03 (três) a ré	
<b>4. CAPACIDADE E PESO</b>		
4.1. Capacidade da caçamba coroada (m³)	1,90 m³	
4.2. Força de desagregação (kgf)	Indicar	
4.3. Carga Operacional (kg)	Indicar	
4.4. Peso Operacional (kg)	10.000 Kg	
<b>5.0. CHASSI tipo</b>		
5.1. Chassi articulado (Grau de articulação)	38° (trinta e oito graus) para cada lado	
<b>6. PNEUS</b>		
6.1. Medidas dos Pneus	17,5 x 25	
6.2. Nº de lonas	16 (dezesesseis) Lonas	

Ao realizar diligência no site da empresa WJGBRASIL<sup>1</sup>, observa-se que o produto WPC-500 possui grau de articulação inferior ao previsto em edital, vejamos:

Carga nominal	4.000kg
Peso operacional	12.000kg
Capacidade nominal da caçamba	2m³
Força de tração máxima	105kn
Força máxima de desagregação	110kn
Capacidade de grau máximo	30°c
Altura máxima de despejo (mm)	3.200mm
Alcance máximo de despejo (mm)	1.100mm
Dimensão total (C x L x A)mm	7.230 x 2.520 x 3.250mm
Raio de giro mínimo	6.400mm
Motor	Weichai - wp6t175e221 - 6 Cilindros - Ref. água
Motor Tipo	Turbo Diesel diesel com hélice reversível - 4 tempos
Potência nominal (Kw/HP)	129kw / 175HP 2.200rpm
Torque máximo (mm)	500nm
Relação consumo mínimo de combustível	<210g/kw.H

Portanto, constata-se o descumprimento das características técnicas mínimas exigidas em edital.

De tal forma, mostra-se alinhado com o interesse público, bem como com o princípio da legalidade, o deferimento do pedido, a fim de promover a inabilitação da empresa supramencionada.

### III.III. Da Inexistência de Assistência Técnica no Estado do Paraná

Por fim, a empresa Agrojax Ltda. diz que “a empresa Bross Diesel e Pesados Ltda. não possui assistência técnica no estado do Paraná, o que violaria as exigências técnicas previstas no edital.

<sup>1</sup> <https://www.wjgbrasil.com.br/produtos/wpc-500/>





De fato, ao analisar o item 13.3. do Edital, constata-se a exigência de disponibilizar oficina para manutenção e assistência técnica no estado do Paraná, vejamos:

13.3 Após o período de garantia de 12 (doze) meses, a proponente fica obrigada, às expensas do Município, por prazo não inferior a 60 (sessenta) meses, **disponibilizar oficina de manutenção e assistência Técnica no Estado do Paraná, bem como garantir a disponibilização, se necessário, de peças.**

Por outro lado, a empresa suscitada apresentou declaração de que teria uma assistência técnica no estado do Paraná.

Compreendo que o interesse público na manutenção preventiva e corretiva do maquinário do município necessita de uma assistência técnica adequada e ágil.

Neste sentido, após diligência realizada no site da empresa WJG BRASIL<sup>2</sup>, constatou-se a existência de assistência técnica em diversas cidades do estado do Paraná, razão pela qual o pedido deve ser indeferido.

#### IV – Das Contrarrazões de Recurso da Empresa AGROJAX LTDA.

##### IV.I. Da Penalidade de Suspensão de Licitar Imposta à Empresa Yamadiesel Comércio de Máquinas Eireli

A empresa Agrojax Ltda. diz que “a empresa Yamadiesel Comércio de Máquinas Eireli encontra-se suspensa para licitar e contratar pelo período de dois anos, e que apresentou declaração falsa, solicitando a aplicação de penalidades”.

Neste ponto, destaco que é deveras preocupante os apontamentos trazidos pela certidão emitida pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, já que põe em evidência a existência de indícios da inidoneidade da empresa supracitada.

Inicialmente, destaco que a Lei 8.666 prevê em seu art. 87 as penalidades aplicáveis às empresas inadimplentes, vejamos:

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a **reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade**, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

<sup>2</sup> <https://www.wjgbrasil.com.br/assistencia-tecnica/>





Nota-se que o texto legal prevê uma penalidade restrita aos atos da autoridade que aplicou a penalidade.

No âmbito da Lei 13.303/2016, os efeitos da sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora se dão exclusivamente com a entidade sancionadora, não podendo previsão editalícia estender os efeitos da sanção para toda a Administração Pública”.

No mesmo sentido, a nova Lei de Licitações traz em seu bojo, vejamos:

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

III - impedimento de licitar e contratar;

(...)

§ 4º A sanção prevista no inciso III do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

Em mesma sintonia o TCE/PR já se manifestou diversas vezes, vejamos:

O Acórdão nº 902/2012 - Plenário do TCU expressa que "a previsão contida em edital de concorrência no sentido de que o impedimento de participar de certame em razão de sanção do artigo 87, III, da Lei nº 8.666/93 limita-se às empresas apenas pela entidade que realiza o certame autoriza a classificação de proposta de empresa apenas por outro ente da administração pública federal com sanção do citado comando normativo, em face da inexistência de entendimento definitivo diverso desta Corte sobre a matéria".

O Acórdão nº 2788/2019 - Plenário do TCU fixa que a sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, prevista no inciso III do artigo 87, III, da Lei nº 8.666/93, produz efeitos apenas em relação ao órgão ou entidade contratante.

O Acórdão nº 156/19 - Tribunal Pleno do TCE-PR (Processo nº 26357/19), refere-se à homologação de medida cautelar concedida monocraticamente no sentido de que a extensão da pena é restrita. Na análise definitiva de mérito desse mesmo processo - Acórdão nº 3175/19 - Tribunal Pleno -, o TCE-PR assentou o posicionamento restritivo.





O Acórdão nº 1942/19 - Tribunal Pleno do TCE-PR (Processo nº 677665/19) fixa o entendimento de que a sanção de suspensão de participar de licitações se restringe à esfera de governo do órgão sancionador.

Portanto, nota-se que há compreensão do legislador e do colendo Tribunal de Contas do Paraná, que os efeitos de tais restrições se restringem ao ente que aplicou a sanção, qual seja, o município de Piraquara.

De tal forma, tendo em vista que as penalidades não foram impostas pelo município de São José das Palmeiras/PR, esta procuradoria se manifesta pela possibilidade de participação da empresa Yamadiesel Comércio de Máquinas Eireli no presente certame.

#### IV.II. Da Inexistência de CNAE - Classificação Nacional das Atividades Econômicas para Treinamento

A empresa Agrojax Ltda. diz que é distribuidora da marca Ensign no Brasil, sendo responsável pela realização de treinamentos específicos das máquinas que representa, e, que tais orientações se dão de forma gratuita, não ocorrendo a emissão de nota fiscal para estes serviços.

Tal questão já fora abordada anteriormente, ao analisar atentamente o item 8.5.3., alínea a, do Edital, observa-se a seguinte previsão, vejamos:

##### 8.5.3 Quanto à Capacidade Técnica:

- a) Declaração de treinamento, caso haja previsão nas características técnicas do objeto.

Portanto, nota-se que o edital indica mera apresentação de declaração de treinamento, sem fazer qualquer menção à uma indicação no CNAE - Classificação Nacional das Atividades Econômicas para treinamento, além disso, condiciona o treinamento "caso haja previsão nas características técnicas do objeto".

Conclui-se que não é intenção do edital condicionar a participação das empresas interessadas à existência de CNAE - Classificação Nacional das Atividades Econômicas para treinamento, assim, compreendo que tal requerimento merece ser indeferido.

#### V – CONCLUSÃO:

Diante dos fundamentos expostos, esta procuradoria sugere as seguintes providências:

##### V.I. Quanto ao Recurso da empresa YAMADIESEL Comércio de Máquinas Eireli:

- Em homenagem ao princípio da legalidade, diante da ausência de apresentação de Demonstrativo do Resultado do Exercício – DRE da empresa Bross Diesel e Pesados Ltda., recomenda-se a desclassificação da empresa referida;
- Quanto a carência de documentos de habilitação da empresa MDS Comércio de Madeiras e Peças, constatou-se a omissão da mesma, neste sentido, diante do descumprimento da regras editalícias, recomenda-se a inabilitação da empresa;
- Quanto ao pedido de inabilitação da empresa AGROJAX LTDA., pela apresentação de catálogos divergentes, compreendo que o item 7.8.2. confere prerrogativa ao pregoeiro e não uma obrigação legal à empresa, razão pela qual sugiro o indeferimento;





- d) Quanto ao pedido de inabilitação da empresa AGROJAX LTDA., pela não existência de CNAE - Classificação Nacional das Atividades Econômicas para treinamento, compreendo que não é intenção do edital tal exigência, conforme item 8.5.3, razão pela qual sugiro o indeferimento.
- e) Quanto a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Tributários sobre Imóvel Sede Vencida, compreendo que trata-se de questão prejudicial, prevista em edital, que enseja a inabilitação da empresa, nos termos do item 8.5.2. C, C;
- f) Quanto a emissão de cartão de CNPJ com emissão superior a 90 dias, compreendo que trata-se de formalidade que não traz prejuízo a aferição da condição da empresa, não havendo prejuízo para sua participação, nos termos do art. 12 da Lei de Licitações;
- g) Quanto a inexistência de apresentação de LCVM – Licença para Uso da Configuração de Veículo ou Motor, tal questionamento não encontra respaldo em nenhum requisito previsto em edital, razão pela qual compreendo que não merece acolhimento.

**V.II. Quanto ao Recurso da empresa da Agrojax Ltda.:**

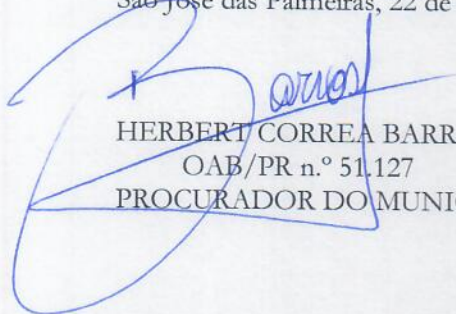
- a) Quanto a proposta da empresa Bross Diesel e Pesados Ltda., a qual estaria em desacordo com o edital, diante do desatendimento do requisitos técnicos indicados no edital, especificamente o padrão TIER II ou EURO III, sugiro inabilitação da empresa Bross Diesel e Pesados Ltda.
- b) Quanto a proposta da empresa Bross Diesel e Pesados Ltda., cuja pá carregadeira não possuiria o grau de articulação mínimo previsto em edital, constatou-se o descumprimento das características técnicas mínimas exigidas em edital. De tal forma, mostra-se alinhado com o interesse público, bem como com o princípio da legalidade, o deferimento do pedido, a fim de promover a inabilitação da empresa supramencionada.
- c) Quanto a inexistência de Assistência Técnica no Estado do Paraná da empresa Bross Diesel e Pesados Ltda., constatou-se a existência de assistência técnica em diversas cidades do estado do Paraná, razão pela qual este pedido deve ser indeferido.

**V.III. Quanto as Contrarrazões de Recurso da Empresa AGROJAX LTDA.:**

- a) Quanto a penalidade de suspensão imposta à empresa Yamadiesel Comércio de Máquinas Eireli, tendo em vista que as penalidades não foram impostas pelo município de São José das Palmeiras/PR, esta procuradoria se manifesta pela possibilidade de participação da empresa;
- b) Quanto a inexistência de CNAE - Classificação Nacional das Atividades Econômicas para treinamento, esta procuradoria já se manifestou anteriormente no item V.I., d.

Este é o parecer.

São José das Palmeiras, 22 de fevereiro de 2024.

  
HERBERT CORREA BARROS  
OAB/PR n.º 51.127  
PROCURADOR DO MUNICÍPIO





ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



**DESPACHO**

**PROCESSO LICITATÓRIO: 001/2024**


**PREGÃO ELETRÔNICO: 001/2024**

**OBJETO: Aquisição de 01 (uma) pá carregadeira nova para atender o Município de São José das Palmeiras – PR**

Diante do exposto no Processo Licitatório 001/2024 Pregão Eletrônico 001/2024, informo que acato o Parecer Jurídico, quanto ao recurso interposto pela empresa Yamadiesel Comércio de Máquinas Eireli e quanto ao recurso e contrarrazões de recurso apresentados pela empresa Agrojax Ltda..

Encaminho ao Prefeito Municipal para a decisão final.

São José das Palmeiras, 27 de fevereiro de 2024.

  
**CLAUDINEI FERREIRA**  
Pregoeiro





Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS



**DECISÃO ADMINISTRATIVA**

**PROCESSO LICITATORIO Nº:** 01/2024

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº:** 001/2024

**ASSUNTO:** Recursos Administrativos

**REQUERENTES:**

**ORIGEM:** Senhor Pregoeiro

**DATA:** 29 de fevereiro de 2024.

Retornam os autos licitatórios, com análise jurídica dos recursos administrativos apresentados pelas empresas fornecedoras interessadas.

Diante dos apontamentos feitos pelo procurador municipal, e diante das peculiaridades do caso concreto, decido da seguinte forma:

Inicialmente, INDEFIRO o pedido de inabilitação da empresa AGROJAX LTDA., pela apresentação de catálogos divergentes, pois compreendo que o item 7.8.2. confere prerrogativa ao pregoeiro e não uma obrigação legal à empresa;

Também INDEFIRO o pedido de inabilitação da empresa AGROJAX LTDA., pela não existência de CNAE - Classificação Nacional das Atividades Econômicas para treinamento, pois compreendo que não é intenção do edital tal exigência, conforme item 8.5.3;

Ainda, INDEFIRO o pedido de inabilitação, em razão da emissão de cartão de CNPJ com emissão superior a 90 dias, pois compreendo que trata de formalidade que não traz prejuízo a aferição da condição da empresa, não havendo prejuízo para sua participação, nos termos do art. 12 da Lei de Licitações;

Igualmente, quanto a inexistência de Assistência Técnica no Estado do Paraná da empresa Bross Diesel e Pesados Ltda., constatou-se a existência de assistência técnica em diversas cidades do estado do Paraná, razão pela qual este pedido deve ser INDEFERIDO;

Não obstante, quanto a indicação de penalidade de suspensão imposta à empresa Yamadiesel Comércio de Máquinas Eireli, considerando que as penalidades não foram impostas pelo município de São José das Palmeiras/PR, INDEFIRO o pedido de

Por fim, INDEFIRO o pedido de inabilitação, em razão da inexistência de apresentação de LCVM – Licença para Uso da Configuração de Veículo ou Motor, pois tal questionamento não encontra respaldo em nenhum requisito previsto em edital.

Por outro lado, DEFIRO os seguintes requerimentos:

Da empresa **Bross Diesel e Pesados Ltda.:**

Quanto a empresa Bross Diesel e Pesados Ltda. decido pela INABILITAÇÃO, considerando a ausência de apresentação de Demonstrativo do Resultado do Exercício – DRE, nos termos do item 8.5.4., alínea c, do Edital, bem como a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Tributários sobre Imóvel da Sede com prazo superior/vencido;





**Estado do Paraná**



**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

Ainda, apesar de redundante, decido pela **INABILITAÇÃO** da empresa Bross Diesel e Pesados Ltda., considerando o desatendimento dos requisitos técnicos indicados no edital, especificamente o padrão TIER II ou EURO III, bem como o descumprimento do grau de articulação mínimo da pá carregadeira previsto em edital;

Da empresa **MDS Comércio de Madeiras e Peças:**

Quanto a empresa MDS Comércio de Madeiras e Peças, decido pela INABILITAÇÃO, tendo em vista a carência de documentos de habilitação, nos termos do item 8.1. e seguintes do Edital;

Em, 29 de fevereiro de 2024.

NELTON

BRUM:84050209934

Assinado de forma digital por  
NELTON BRUM:84050209934  
Dados: 2024.02.29 14:43:02  
-03'00'

NELTON BRUM  
PREFEITO MUNICIPAL